

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	23
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	25
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	26
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	36.147.533
Preferenciais	0
Total	36.147.533
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	1.100	1.017	1.044
1.01	Ativo Circulante	1.100	1.017	1.044
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7	22	22
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.093	990	976
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.093	990	976
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	5	46
1.01.08.03	Outros	0	5	46

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	1.100	1.017	1.044
2.01	Passivo Circulante	15	2	315
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	0	26
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	0	26
2.01.02	Fornecedores	0	2	7
2.01.03	Obrigações Fiscais	15	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	0	0	282
2.01.05.02	Outros	0	0	282
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	282
2.02	Passivo Não Circulante	0	0	55
2.02.02	Outras Obrigações	0	0	55
2.02.02.02	Outros	0	0	55
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	55
2.03	Patrimônio Líquido	1.085	1.015	674
2.03.01	Capital Social Realizado	965	616	561
2.03.02	Reservas de Capital	14	331	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	14	331	0
2.03.04	Reservas de Lucros	106	92	113
2.03.04.01	Reserva Legal	106	92	94
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	19
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-24	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	24	26	93
3.03	Resultado Bruto	24	26	93
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-145	-90	-125
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-145	-90	-125
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-104	-74	-125
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-41	-16	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-121	-64	-32
3.06	Resultado Financeiro	174	40	73
3.06.01	Receitas Financeiras	179	47	79
3.06.02	Despesas Financeiras	-5	-7	-6
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53	-24	41
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15	0	-11
3.08.01	Corrente	0	0	-11
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38	-24	30
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	38	-24	30
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	0,00103	0,00142

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	38	-24	30
4.03	Resultado Abrangente do Período	38	-24	30

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-47	-30	1.036
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	38	-24	30
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-85	-6	1.006
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	30	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	32	0	-1.042
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15	0	-6
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22	22	28
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7	22	22

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	616	331	92	-24	0	1.015
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	616	331	92	-24	0	1.015
5.04	Transações de Capital com os Sócios	349	-317	0	0	0	32
5.04.01	Aumentos de Capital	349	-331	0	0	0	18
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	14	0	0	0	14
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38	0	38
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38	0	38
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14	-14	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14	-14	0	0
5.07	Saldos Finais	965	14	106	0	0	1.085

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	561	55	113	0	0	729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	561	55	113	0	0	729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	55	276	-21	0	0	310
5.04.01	Aumentos de Capital	55	-55	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-21	0	0	-21
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	331	0	0	0	331
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-24	0	-24
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-24	0	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	616	331	92	-24	0	1.015

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	471	149	0	0	0	620
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	471	149	0	0	0	620
5.04	Transações de Capital com os Sócios	90	-66	0	0	0	24
5.04.01	Aumentos de Capital	90	0	0	0	0	90
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-66	0	0	0	-66
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30	0	30
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30	0	30
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	30	0	-30	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	30	0	-30	0	0
5.07	Saldos Finais	561	113	0	0	0	674

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	25	26	101
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	25	26	101
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-140	-90	-125
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-140	0	0
7.02.04	Outros	0	-90	-125
7.02.04.01	Despesas Gerais e Administrativas	0	-90	-125
7.03	Valor Adicionado Bruto	-115	-64	-24
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-115	-64	-24
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	179	47	79
7.06.02	Receitas Financeiras	179	47	79
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	64	-17	55
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	64	-17	55
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16	0	25
7.08.02.01	Federais	16	0	25
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	38	-24	28
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	38	-24	28
7.08.05	Outros	0	7	2

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Relatório da Administração:

Senhores acionistas:

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Informações Trimestrais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, bem como o Parecer dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída em 14 de setembro de 1998, por meio de cisão parcial da Saquarema Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

Em 2 de maio de 2003, mediante realização de AGE, com a presença da totalidade dos acionistas, teve sua denominação social alterada de ALTERE PARTICIPAÇÕES S/A para ALTERE SECURITIZADORA S/A, e o seu objeto social passou a ser a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs"), nos termos da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 30 de julho de 2003, por ocasião da emissão da 1.ª série de CRIs.

Em 30 de setembro de 2003, ocorreu a publicação de fato relevante que envolveu a Companhia e a sociedade GP Investimentos Imobiliários S.A., sua atual controladora, com o objetivo de comunicar a aquisição, pela GP Investimentos Imobiliários S.A., de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, representativas de 99,99% de seu capital votante e total.

Em 20 de Abril de 2006, a UN Participações Ltda ("UN") adquiriu ações representativas de 60,00% do capital votante e total da GP Investimentos Imobiliários S/A ("GP IMOB"), anteriormente de titularidade de GP Investimentos S/A, passando a ser controladora indireta da Companhia. Em 28 de abril de 2006, a companhia GP Investimentos Imobiliários S/A ("GP IMOB"), alterou sua denominação para Prosperitas Investimentos S.A. ("PI").

Em 07 de agosto de 2012, a Prosperitas Participações LTDA ("PP" - atual denominação de UN Participações LTDA) vendeu as ações que detinha da HSI – Hemisfério Sul Investimentos S.A. ("HSI" - atual denominação de Prosperitas Investimentos S.A.) para Hemisfério Sul Participações ("HSP"), e no mesmo dia, a Prosperitas Participações adquiriu todas as ações que a HSI – Hemisfério Sul Investimentos S.A. ("HSI") detinha da Altere Securitizadora, com isto a Prosperitas Participações LTDA passou a ser a controladora direta da companhia.

Em 25 de outubro de 2013, ocorreu a publicação de fato relevante que envolveu a Altere Securitizadora S.A. e a acionista Prosperitas Participações LTDA, sua atual controladora, onde mediante uma ata de reunião dos sócios, foi deliberada a incorporação da Prosperitas Participações LTDA pela Calaari Participações LTDA, passando esta a ser controladora direta da Altere Securitizadora S.A.

Em 23 janeiro de 2014 ocorreu a publicação de fato relevante sobre a compra e transferência integral das 36.139.533 (trinta e seis milhões, cento e trinta e nove mil, quinhentas e três) ações ordinárias representando 100% (cem por cento) do controle acionário da Altere Securitizadora S/A junto a Calaari Participações LTDA pelos Srs. Armando Miguel Gallo Neto e Felipe Wallace Simonsen.

Os atuais sócios controladores da Altere Securitizadora S/A deverão efetuar pagamento diretamente aos antigos sócios controladores da Altere Securitizadora S.A, à Calaari Participações Ltda, no montante equivalente ao Crédito Tributário registrado na companhia no valor de R\$ 989.690,84 (novecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos) apurado na DFP de 31 de dezembro de 2013, conforme previsto no Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações Ordinárias da Altere Securtizadora S/A firmado em 23 de janeiro de 2014.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O referido valor somente será pago quando da efetiva realização financeira dos créditos tributários, conforme o mesmo vier a ser pago pelas autoridades tributárias ou reconhecido como crédito para pagamento de tributos. Os referidos pagamentos não transitarão pelas demonstrações contábeis da Companhia.

Em 04 de Novembro de 2014 ocorreu à publicação de fato relevante sobre a compra e transferência de 12.049.177 (doze milhões quarenta e nove mil cento e setenta e sete) ações, representando 33,33% do controle acionário da Altere Securitizadora S/A junto aos Srs. Armando Miguel Gallo Neto e Felipe Wallace Simonsen pelo Sr. Alexandre Gomide Moreira dos Santos.

A Altere detém atualmente 3 CRIs ativos, que compõe o montante de R\$ 45.003.095,74.

Visando atender ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o atual exercício qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente PHD Partners Auditores Independentes S/S.

Por fim, a Administração da Companhia e acionistas vislumbram o ano de 2015 como um ano com grandes perspectivas no atual estágio que a companhia apresenta para novas emissões de CRIs, dado o crescente aumento no volume de emissões de CRIs.

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

ALTERE SECURITIZADORA S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Altere Securitizadora S.A. ("Companhia") foi constituída em 14 de setembro de 1998, fruto da cisão parcial da sociedade Saquarema Participações S.A., e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 2 de maio de 2003, foi aprovada a alteração do objeto social da Companhia, que passou a ser a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e a prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. Nessa mesma assembleia foi também aprovada a alteração da denominação social para Altere Securitizadora S.A.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 30 de julho de 2003, por ocasião da emissão da 1ª série de CRIs.

Do início das operações até 31 de Dezembro de 2014, a Companhia realizou a emissão de 17 séries de Cris, todos da 1ª emissão, representado por um total de 827 certificados, emitidos sob regime fiduciário, sem garantia flutuante nem coobrigação da Companhia. Atualmente a Companhia detém 5 Cris ativos no montante de R\$ 45.037 em 31 de Dezembro de 2014 (R\$ 53.523 em 2013).

A estrutura operacional da Companhia considera a atuação integrada com empresas ligadas para custeamento de sua atividade operacional.

Adicionalmente as despesas operacionais vêm sendo subsidiadas pelos acionistas, através de aportes de capital, na coordenação financeira e implementação de planos de negócios da Companhia. Nesse contexto, a Companhia contará com o apoio de seus acionistas, nos próximos 12 meses, caso exista a necessidade de suporte financeiro adicional para cumprir com obrigações de curto ou longo prazo.

A administração da Companhia espera que as receitas futuras, sejam suficientes para atender aos seus compromissos financeiros, assim como compensar ativos tributários, através de planejamento estratégico para crescimento das operações.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, entre outros. A Companhia elabora suas demonstrações contábeis, exceto as informações de fluxos de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação, reconhecimento e mensuração.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.3.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.5 Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido considerando as suas características específicas. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamentos para futuro aumento de capital, sendo posteriormente transformados em ações ordinárias, através de atos societários. Os termos de conversão consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações.

2.6 Reconhecimento da receita

Notas Explicativas

A receita se dá pela administração dos CRI's e é apresentada líquida dos impostos e dos descontos.

2.7 Contas de compensação

As contas de compensação são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Imobiliário. As contas de compensação registram, por um lado, os recebíveis imobiliários e, por outro, os CRIs, atualizados com base nos encargos financeiros contratuais, vide maiores detalhes na Nota 13.

2.8 Resultado do exercício

O resultado é apurado com base no regime contábil de competência.

3 Gestão de riscos

Alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

(a) Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

(b) Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos a rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade da companhia honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia realiza constante acompanhamento do grau de descasamento entre os fatores de riscos primário, taxas e prazo entre os ativos e passivos da carteira.

A Companhia mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, adotados como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo; limites de risco e plano de contingência de liquidez.

(d) Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos

Notas Explicativas

sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.

4. Caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>7</u>	<u>22</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u><u>7</u></u>	<u><u>22</u></u>

5. Impostos a recuperar.

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
IRRF a compensar (a)		
2007	851	771
2009	3	2
2010	177	160
2011 a 2013	43	42
CSLL a compensar	7	3
Demais Impostos a compensar	<u>13</u>	<u>17</u>
	<u><u>1.093</u></u>	<u><u>995</u></u>

(a) A companhia possui 147 processos administrativos em andamento para recuperação dos referidos créditos sob a forma de restituição da Receita Federal do Brasil. No entanto, a Companhia vêm compensando os referidos impostos com passivos tributários à medida que ocorrem.

6. Impostos recolher

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
IRPJ a recolher	9	-
CSLL a recolher	<u>6</u>	<u>-</u>
	<u><u>15</u></u>	<u><u>-</u></u>

7. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 14 de janeiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária no montante de R\$ 342, por meio da emissão e subscrição de 23.246.525 ações ordinárias nominativas pela acionista Calaari Participações LTDA integralizado por meio da capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuado pelo acionista.

Notas Explicativas

Em 23 de janeiro de 2014 a Calaari Participações LTDA vendeu e transferiu a integralidade de suas 36.139.533 ações ordinárias nominativas aos Srs. Felipe Wallace Simonsen e Armando Miguel Gallo Neto. Em 04/11/2014 ocorreu publicação de fato relevante sobre a compra e transferência de 12.049.177 (doze milhões quarenta e nove mil cento e setenta e sete) ações, representando 33,33% do controle acionário da Altere Securitizadora S/A junto aos Srs. Armando Miguel Gallo Neto e Felipe Wallace Simonsen pelo Sr. Alexandre Gomide Moreira dos Santos.

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2014, está dividido em 36.147.533 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 965, representadas pela seguinte composição acionária:

Acionistas	%	Ações
Felipe Wallace Simonsen	33,34000000%	12.046.512
Armando Miguel Gallo Neto	33,33000000%	12.046.511
Alexandre Gomide Moreira dos Santos	33,33000000%	12.046.511
Capital subscrito	100,00000%	36.139.534

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 de ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Saldo representado por recursos obtidos junto aos acionistas da Companhia, que serão utilizados em futura integralização de capital no total de R\$ 14 em 31 de dezembro de 2014 (2013 – R\$ 331)

(c) Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). A administração, “ad referendum” da Assembléias dos Acionistas, manteve em reserva para retenção de lucros, após a compensação de prejuízos e constituição de reserva legal, a totalidade dos lucros acumulados para manutenção do capital de giro da companhia.

(c) Prejuízo por ação (milhares)

(i) Prejuízo básico por ação

	31.12.2014
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(38)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	36.147
Prejuízo básico por milhões de ações – reais	(1,05)

(ii) Prejuízo diluído por ação

31.12.2014

Notas Explicativas

Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(38)
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhões) e a emitir relacionadas a AFACs	36.671
Prejuízo diluído por milhares de ações – reais	<u><u>(1,04)</u></u>

O prejuízo diluído por ação considera as quantidades médias de ações que serão objeto de subscrição e integralização dos adiantamentos para futuro aumento de capital.

8. Despesas gerais e administrativas

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Publicações e emolumentos	11	12
Serviços advocatícios	31	9
Serviços Financeiros	21	
Serviços contábeis e de auditoria	14	37
Alugueis	5	
Despesas administrativas – Hemisfério Sul Investimentos (a)	12	12
Outros	10	4
	<u>104</u>	<u>74</u>

(a) A Companhia realizou em 2013 determinadas operações com a HSI – Hemisfério Sul Investimentos S.A. relativos a gastos administrativos no montante de R\$ 12 , reembolsados durante o período findo em 31 de dezembro de 2013.

9. Contingências

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, tributária, cível ou outros.

10. Outras informações**Remuneração do pessoal-chave**

Os Administradores da Companhia não receberam remuneração fixa no exercício de 2014.

Transações entre partes relacionadas

Em 2013, a Companhia realizou operações com a parte relacionada Calaari Participações Ltda (controladora). Essas operações referem-se à aquisição de créditos imobiliários no montante de R\$ 18.434 que foram utilizados como lastros dos CRI sob o regime fiduciário e, portanto, não compõem suas demonstrações contábeis.

A Companhia realizou em 2013 determinadas operações com a HSI – Hemisfério Sul Investimentos S.A.

Notas Explicativas

relativos a gastos administrativos no montante de R\$ 12 , reembolsados durante o período findo em 31 de dezembro de 2013.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM N, 475, a Companhia informa que não está exposta a riscos de mercado considerados relevantes por sua administração, considerando as características dos instrumentos financeiros

11. Balanço fiduciário

Refere-se a contrato de cessão de recebíveis imobiliários, efetuado de acordo com a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Imobiliário. As contas de compensação registram, por um lado, os recebíveis imobiliários e, por outro, os CRIs, atualizados com base nos encargos financeiros contratuais da seguinte forma:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Balanço patrimonial CRI 001/006/007		
CRI 001/006/007 carteira de recebíveis	-	-
Disponibilidades	-	49(a)
Aplicações financeiras	-	-
Ativo	<u>-</u>	<u>49</u>
CRI 001/006/007 Certificados de Recebíveis Imobiliários a pagar	-	-
Outras obrigações vinculadas	-	49 (f)
Passivo	<u>-</u>	<u>49</u>
Balanço patrimonial CRI 001/008		
CRI 001/008 carteira de recebíveis	-	14.593 (b)
Disponibilidades	2	11 (b)
Ativo	<u>2</u>	<u>14.604</u>
CRI 001/008 Certificados de Recebíveis Imobiliários a pagar	-	14.593 (g)
Outras obrigações vinculada	2	11 (g)
Passivo	<u>2</u>	<u>14.593</u>
Balanço patrimonial CRI 001/009/015		
CRI 001/009/015 carteira de recebíveis	-	-
Disponibilidades	-	14 (c)
Ativo	<u>-</u>	<u>14</u>
CRI 001/009/015 Certificados de recebíveis imobiliários a pagar	-	-
Outras obrigações vinculadas	-	14 (h)

Notas Explicativas

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo	<u>-</u>	<u>14</u>
Balanço patrimonial CRI 001/011		
CRI 001/011 carteira de recebíveis	10.824	19.765 (d)
Disponibilidades	<u>-</u>	<u>4 (d)</u>
Ativo	<u>10.824</u>	<u>19.769</u>
CRI 001/011 Certificados de recebíveis imobiliários a pagar	10.824	19.765(i)
Outras obrigações vinculadas	<u>-</u>	<u>4 (i)</u>
Passivo	<u>10.824</u>	<u>19.769</u>
Balanço patrimonial CRI 001/014		
CRI 001/011 carteira de recebíveis	19.512	19.165 (e)
Disponibilidades	<u>-</u>	<u>42 (e)</u>
Ativo	<u>19.512</u>	<u>19.207</u>
CRI 001/014 Certificados de recebíveis imobiliários a pagar	19.512	19.165 (j)
Outras obrigações vinculadas	<u>-</u>	<u>42 (j)</u>
Passivo	<u>19.512</u>	<u>19.207</u>
Balanço patrimonial CRI 001/001 – Porte		
CRI 001/001 carteira de recebíveis	13.268	- (k)
Disponibilidades	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo	<u>13.268</u>	<u>-</u>
CRI 001/001 - Porte Certificados de recebíveis imobiliários a pagar	13.268	- (l)
Outras obrigações vinculadas	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo	<u>13.268</u>	<u>-</u>
Balanço patrimonial CRI 001/002 – Porte		
CRI 001/002 carteira de recebíveis	1.422	- (m)
Disponibilidades	<u>-</u>	<u>- (m)</u>
Ativo	<u>1.422</u>	<u>-</u>
CRI 001/002 - Porte Certificados de recebíveis imobiliários a pagar	1.422	- (n)
Outras obrigações vinculadas	<u>-</u>	<u>- (n)</u>
Passivo	<u>1.422</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

- (a) Refere-se à aquisição de recebíveis imobiliários, efetuada de acordo com a Lei nº 9.514, instituídos sob regime fiduciário, constituindo patrimônio separado da Companhia, e são lastros dos CRIs 001/006 e 007 emitidos pela Altere. Foram adquiridos mediante escritura pública de cessão, sem garantia flutuante, com coobrigação da cedente e alienação fiduciária do imóvel objeto da securitização, com vencimento final em 23 de janeiro de 2013. O CRI teve sua liquidação final em janeiro de 2013
- (b) Refere-se à aquisição de recebíveis imobiliários, efetuada de acordo com a Lei nº 9.514, instituídos sob regime fiduciário, constituindo patrimônio separado da Companhia, e são lastros dos CRIs 001/008 emitidos pela Altere. Foram adquiridos mediante escritura pública de cessão, sem garantia flutuante, com coobrigação da cedente e alienação fiduciária do imóvel objeto da securitização, com vencimento final em 15 de dezembro de 2014;
- (c) Refere-se à aquisição de recebíveis imobiliários, efetuada de acordo com a Lei nº 9.514, instituídos sob regime fiduciário, constituindo patrimônio separado da Companhia, e são lastros dos CRIs 001/009 emitidos pela Altere. Foram adquiridos mediante escritura pública de cessão, sem garantia flutuante, com coobrigação da cedente e alienação fiduciária do imóvel objeto da securitização, com vencimento final em 10 de julho de 2020. A liquidação dos CRIs foi antecipada e realizada em 11 de outubro de 2012;
- (d) Refere-se à aquisição de recebíveis imobiliários, efetuada de acordo com a Lei nº 9.514, instituídos sob regime fiduciário, constituindo patrimônio separado da Companhia, e são lastros dos CRIs 001/011 emitidos pela Altere. Foram adquiridos mediante escritura pública de cessão, sem garantia flutuante, com coobrigação da cedente e alienação fiduciária do imóvel objeto da securitização, com vencimento final em 10 de dezembro de 2015;
- (e) Refere-se à aquisição de recebíveis imobiliários, efetuada de acordo com a Lei nº 9.514, instituídos sob regime fiduciário, constituindo patrimônio separado da Companhia, e são lastros dos CRIs 001/014, emitidos pela Altere. Foram adquiridos mediante escritura pública de cessão, sem garantia flutuante, com coobrigação da cedente e alienação fiduciária do imóvel objeto da securitização, com vencimento final em 17 de abril de 2023;
- (f) Refere-se à emissão de CRIs 001/006 e 007, com vencimento final em 23 de janeiro de 2013, remunerados à taxa de 12,10% ao ano, acrescidos da variação do IGP-M, divulgado pela FGV. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores. O CRI teve sua liquidação final em janeiro de 2013;
- (g) Refere-se à emissão de CRIs 001/008, com vencimento final em 15 de dezembro de 2014, remunerados à taxa de 8,60% ao ano, acrescidos da variação do IGP-M, divulgado pela FGV. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;
- (h) Refere-se à emissão de CRIs 001/009, com vencimento final em 10 de julho de 2020, remunerados à taxa de 9,0% ao ano, acrescidos da variação do IGP-M, divulgado pela FGV. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores. A liquidação dos CRIs foi antecipada e realizada em 11 de outubro de 2012;
- (i) Refere-se à emissão de CRIs 001/011, com vencimento final em 10 de dezembro de 2015, remunerados à taxa de 10,30% ao ano, acrescidos da variação do IGP-M, divulgado pela FGV. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;
- (j) Refere-se à emissão de CRIs 001/014, com vencimento final em 17 de abril de 2023, remunerados à taxa de 9,00% ao ano, acrescidos da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o "IPCA-IBGE"). Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;

Notas Explicativas

- (k) Refere-se à emissão de CRIs 001/001 - Porte, com vencimento final em 07 de julho de 2017, remunerados à taxa de 127% do CDI ao ano. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;
- (l) Refere-se à emissão de CRIs 001/001 - Porte, com vencimento final em 07 de julho de 2017, remunerados à taxa de 127% do CDI ao ano. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;
- (m) Refere-se à emissão de CRIs 001/002 - Porte, com vencimento final em 07 de julho de 2017, remunerados à taxa de 127% do CDI ao ano. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;
- (n) Refere-se à emissão de CRIs 001/002 - Porte, com vencimento final em 07 de julho de 2017, remunerados à taxa de 127% do CDI ao ano. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Altere Securitizadora S.A

Examinamos as demonstrações contábeis da Altere Securitizadora S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por erro ou fraude. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sem Ressalva

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Altere Securitizadora S.A em 31 de dezembro de 2014 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Ênfase

1 - Chamamos a atenção para a Nota 1 – Contexto Operacional, que menciona que a companhia possui plano estratégico para incrementar a rentabilidade das operações em níveis suficientes para manutenção das atividades operacionais da Companhia.

2 - Conforme mencionado na nota 5 às demonstrações contábeis, a Companhia possui Impostos a Recuperar para os quais existem processos administrativos junto à Receita Federal do Brasil, cuja realização financeira está condicionada ao ressarcimento dos valores por aquele órgão ou à existência de passivos tributários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração e cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

17 de março de 2015

PHD PARTNERS Auditores Independentes
CRC-SP 2 SP026811/O-3

José Armando Lins Figueira
Sócio
Contador CRC-SP 1SP125.140/0-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas

ALTERE SECURITIZADORA S.A. ("Companhia") declaram, nos termos do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/09, para todos os fins e efeitos, que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e (ii) concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente a tais demonstrações financeiras.

Composição da Diretoria:
Alexandre Gomide Moreira dos Santos
Felipe Wallace Simonsen

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independente

ALTERE SECURITIZADORA S.A. ("Companhia") declaram, nos termos do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/09, para todos os fins e efeitos, que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e (ii) concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente a tais demonstrações financeiras.

Composição da Diretoria:

Alexandre Gomide Moreira dos Santos

Felipe Wallace Simonsen